
Resumo de Tese

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA: A INTERVENÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E O CONSENTIMENTO NACIONAL

Maria Abádia da SILVA¹

Este estudo tem como objetivo examinar as políticas e estratégias para a educação básica pública gestadas pelo Banco Mundial e que estão gradualmente sendo incorporadas às práticas da educação pública brasileira. Mostra também, através da historicidade, as mediações que nortearam o processo de intervenção dessa instituição na formulação e no monitoramento das políticas para a educação básica pública com o consentimento do governo federal e de parte dos estaduais, entre 1985 e 1996.

No Brasil, os últimos governos cederam às exigências dos credores externos e aceitaram a intervenção sistemática dos timoneiros financeiros nas decisões de políticas macroeconômicas locais, também estendidas às políticas socioeducacionais. A expressão do consentimento desses governos e das elites dirigentes pode ser constatada: na ausência de limites das atribuições do governo federal sobrepondo-se às leis constitucionais; no fortalecimento do poder executivo federal acompanhado do vilipêndio e do servilismo dos poderes legislativo e judiciário; na centralização dos processos decisórios; na banalização das desigualdades regionais e sociais, na permeabilidade aos interesses dos credores externos; no enfraquecimento das instituições nacionais, especialmente, as educacionais; na incapacidade para tomar medidas políticas independentes e de atendimento aos interesses

nacionais e na abdicação da memória e cultura da sociedade brasileira.

Esse estudo afirma que as políticas para a educação básica pública são resultantes, em primeiro lugar, das imposições das instituições internacionais, particularmente, do Banco Mundial nas prescrições socioeducacionais, não apenas pelo montante financeiro de que dispõe, mas pela capacidade de gerenciar e manipular o consentimento dos governados; em segundo lugar, da capacidade de as entidades, associações, organizações e sindicatos avançarem na direção almejada pelas forças sociais opositoras; e, em terceiro, das práticas pedagógicas inventadas, confrontadas e inovadas no interior da escola pública, nas quais se conjugam histórias de vida, identidades, valores, concepções teóricas, culturas e saberes.

A tese que este estudo defende é a de que existe uma intervenção sistemática do Banco Mundial nas políticas e estratégias da educação básica pública com o consentimento do governo federal, parte dos estaduais e das elites dirigentes nacionais alinhando-se às macropolíticas econômicas estabelecidas para o desenvolvimento e acumulação do capital. Ao longo dos anos, recrudesceram as relações de dominação / subordinação e de intervenção / consentimento construídas e escamoteadas, sob forma de ajuda externa para o desenvolvimento, de cooperação

¹ Departamento de Educação – Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – 19060-900 – Presidente Prudente – Estado de São Paulo Brasil.

técnica e financeira, de assistência econômica e de programas de combate e redução da pobreza.

As políticas do Banco Mundial para a educação pública são de natureza redistributivista-contencionista-reformista voltadas para a transferência desse serviço público para ser redefinido segundo lógica das leis do mercado livre. Nessa ótica, a educação pública passou a ser concebida como mercadoria e a atividade empresarial a ela subjacente como indústria a ser

amplamente explorada no mercado. Contrapondo-se à essa política, os sujeitos nacionais buscam uma política educacional incluyente e emancipatória, como direito universal e de financiamento público pelo Estado. E mais, afirmam a necessidade de apropriação dos bens culturais e educacionais, por uma parcela cada vez maior, da população, para avançar na construção da justiça social e dos valores e princípios democráticos.